



A criança sob a ótica da Psicanálise: algumas considerações

Léia Prizskulnik

RESUMO

Este artigo tem como objetivo dar alguns subsídios para se pensar sobre a criança sob a ótica da Psicanálise. Parte de um breve trajeto pela história ocidental, indicando como a idéia e o conceito de criança e de infância têm se modificado de acordo com visões de mundo peculiares a um determinado tempo e lugar. Chega até Freud que, com a Psicanálise, abre um campo de investigação, antes desconhecido, e descortina uma concepção de criança muito peculiar, que abala uma certa idealização da criança e da infância e que contesta tabus sociais, culturais, religiosos e científicos.

Palavras-chave: criança, infância, psicanálise, Freud.

ABSTRACT

Child under a psychoanalysis optics: some considerations

This article aims to give some subsidies to think about child under psychoanalysis optics. It shows a brief course by occidental history, indicating how the idea and concept of child and childhood have been changed according to visions of world particular to a given time and place. It comes until Freud. He, with psychoanalysis, opens a unknown field of investigation and bring to light a very peculiar conception of child, that affects a given idealization of child and childhood and contests social, cultural, religious and scientific taboos.

Keywords: child, childhood, psychoanalysis, Freud.

A criança que Freud descortina sente tristeza, solidão, raiva, desejos destrutivos, vive conflitos e contradições, é portadora de sexualidade, escapa ao controle da educação e “[...] é capaz da maior parte das manifestações psíquicas do amor, por exemplo, a ternura, a dedicação e o ciúme” (Freud, 1907/1976a, p.139).

Essa representação de criança, que surge com Freud, não existe desde sempre. Através dos séculos, a idéia e o conceito de criança e de infância têm se modificado de acordo com visões de mundo peculia-

res a um determinado tempo e lugar. A idéia que temos hoje de criança não é um dado atemporal. Pode-se dizer que é uma “invenção” da Modernidade. Segundo o historiador francês Philippe Ariès (1981), no decorrer da História, a criança tem ocupado diferentes posições frente às expectativas dos pais e frente à sociedade.

Na sociedade medieval, como aponta Ariès (1981, p. 156), não se encontra o sentimento da infância, ou seja, “(...) a consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a

criança do adulto, mesmo jovem”. Ao se tornar mais independente em relação à mãe, a criança passa a fazer parte do grupo dos adultos, no qual participa das mesmas atividades e frequenta os mesmos espaços e faz seu aprendizado para a vida. Não há uma preocupação com a educação. Conseqüentemente, a transmissão dos conhecimentos prescinde de instituições especializadas e de textos escritos. Em relação a isso, Ariès (1981) escreve que “[...] a escola era na realidade uma exceção [...] A regra comum a todos era a aprendizagem” (p. 229).

Com o passar do tempo, a situação começa a se modificar. Ariès (1981, p.162) comenta que “[...] é entre os moralistas e os educadores do século XVII que vemos formar-se outro sentimento da infância”, ou seja, “o apego à infância e à sua particularidade se exprimia [...] por meio do interesse psicológico e da preocupação moral”, visando à disciplina e à racionalidade dos costumes. A criança passa a ser vista como imperfeita e, com isso, surge a necessidade de conhecê-la melhor para poder corrigi-la e torná-la um “adulto honrado”. A educação, agora nos estabelecimentos de ensino, torna-se um importante meio de formação moral e intelectual por meio de uma disciplina rígida que adota o castigo corporal (até surras) quando necessário. A preocupação maior é, segundo Ariès, “[...] fazer dessas crianças pessoas honradas e probas e homens racionais” (p.163). A crescente preocupação moral acaba gerando a idéia da inocência infantil para “proteger” a criança e, conseqüentemente, as conversas e os contatos físicos associados a assuntos sexuais passam a ser proibidos para não “corrompê-la” nessa inocência.

Apesar de surgir a preocupação de separar e distinguir a criança do adulto, os critérios usados para marcar a diferença em relação ao mundo dos adultos merecem ser destacados. Como bem assinala Ariès (1981), a diferença começa “[...] pelo sentimento mais elementar de sua fraqueza, que a rebaixava ao nível das camadas sociais mais inferiores”, ou seja, começa pela humilhação; essa “[...] preocupação em humilhar a infância para distingui-la e melhorá-la se atenuaria ao longo do século XVIII” (p.181). Também nesse século XVIII, o sentimento da criança ser uma frágil criatura de Deus que precisa ao mesmo tempo ser preservada e disciplinada, passa para a vida familiar. Além disso, surge também a preocupação com o corpo que goza de boa saúde, ou seja, com a higiene e a saúde física da criança. Para apontar o novo lugar que a criança passa a ocupar na família, Ariès (1981) escreve: “Tudo o que se referia às crian-

ças e à família tornara-se um assunto sério e digno de atenção. Não apenas o futuro da criança, mas também sua simples presença e existência eram dignas de preocupação – a criança havia assumido um lugar central dentro da família” (p. 164).

Uma das conseqüências dessa preocupação com a educação da criança é a organização da escola nos moldes mais próximos da que prevalece atualmente, ou seja, o início da separação dos alunos por idade e em classes regulares; a correspondência entre idade e classe escolar torna-se cada vez mais rigorosa nos anos subsequentes, ou melhor, “[...] a preocupação com a idade se [torna] fundamental no século XIX e em nossos dias”, como afirma Ariès (1981, p. 166).

No século XIX, uma nova concepção de criança e de educação se consolida. A infância, encarada como fraqueza que necessita da humilhação para ser melhorada, cede lugar à idéia da criança precisar ser preparada para a vida adulta; preparação que exige cuidados e uma formação com disciplina rigorosa e efetiva, sem as surras de antigamente, mas ainda recorrendo a castigos corporais mais suaves. Com isso, a importância moral e social da educação aumenta e a formação metódica da criança em instituições especializadas é adaptada às novas finalidades. A infância, então, acaba sendo prolongada até quase toda a duração do ciclo escolar. Ariès (1981) assinala que “[...] nossa civilização moderna, de base escolar, [é] então definitivamente estabelecida” (p. 233).

A crescente preocupação moral e educativa, a partir do século XVII, faz com que as instituições escolares se organizem cada vez mais e que apareça a forte ligação entre criança, educação e escola. Surge, então, esse novo lugar para a criança. Segundo as palavras de Clastres (1991, p. 137), psicanalista francês: “[...] esse novo lugar dado à criança tem como efeito cristalizar o conjunto familiar, recentrá-lo em torno dessa nova criança em surgimento, ‘a criança escolar’. Esse deslocamento em nome do ideal do ‘adulto aprimorado’ vai dizer respeito à sociedade em sua totalidade.

No final do século XIX, a ciência que se desenvolve começa a mostrar uma criança mortalmente atingida pelas doenças infecciosas e vítima do regime escolar. A higiene infantil, então, começa o combate à mortalidade, e os novos conhecimentos começam a questionar os princípios educativos. Inicia-se uma série de estudos e pesquisas tendo a criança como temática, ou seja, a criança passa a ser objeto específico de estudo das várias áreas de conhecimento. Um ou-

tro fato importante é a instituição da escolaridade primária obrigatória que é adotada, mais ou menos, a partir de 1890 nos países ocidentais atingidos pela industrialização crescente. No Brasil, a expansão da educação começa sobretudo a partir de 1930, época em que também algumas condições estão concorrendo para a implantação definitiva do processo de industrialização no País.

Nesse período, final do século XIX e início do século XX, Freud com a Psicanálise abre um campo de investigação antes desconhecido. Introduce a noção de inconsciente e abala a confiança que a cultura ocidental deposita na razão. “Descobre” a sexualidade infantil e contesta a idéia da “inocência” da criança, o que também provoca abalos na concepção que o ser humano tem dele mesmo.

A Psicanálise, então, traz um novo discurso sobre o ser humano, não como indivíduo (objeto da ciência), mas como marcado pelo inconsciente, por essa “outra cena” ao mesmo tempo inquietante e familiar, um ser humano passível de sonhar, amar, desejar, construir crenças, odiar, culpar-se, etc.

Antes de se pensar especificamente na criança sob a ótica da Psicanálise, alguns conceitos psicanalíticos, como “inconsciente”, “sexualidade”, “corpo” e “linguagem”, precisam ser abordados resumidamente.

Para Chauí (1996), com a noção de inconsciente surge algo desconhecido – ou só indiretamente conhecido – para a consciência, algo sobre o qual a consciência nunca poderá refletir diretamente e que determina tudo o que a consciência e o sujeito sentem, falam, dizem e pensam, ou seja, com a noção de inconsciente, Freud descobre “(...) uma poderosa limitação às pretensões da consciência para dominar e controlar a realidade e o conhecimento” (p. 169).

Vale a pena ressaltar que o inconsciente freudiano não deve ser pensado como o lugar da irracionalidade em oposição à racionalidade da consciência, pois ele tem seus atributos e sua lógica própria (lógica do inconsciente) que diferem marcadamente das leis da atividade psíquica consciente (lógica do consciente). O inconsciente freudiano designa um sistema psíquico que possui um modo próprio de funcionamento (processo primário, deslocamento e condensação) e opera segundo leis próprias (desconhece o tempo, a negação, a contradição).

Com a descoberta da sexualidade infantil, perverso-polimorfa, Freud provoca uma onda de protestos enorme. Ele mesmo se refere a isso, assinalando que:

A infância era encarada como “inocente” e isenta dos intensos desejos do sexo, e não se pensava

que a luta contra o demônio da “sensualidade” começasse antes da agitada idade da puberdade; tais atividades sexuais ocasionais, conforme tinha sido impossível desprezar nas crianças, eram postas de lado como indícios de degenerescência ou de depravação prematura, ou como curiosa aberração da natureza; poucos dos achados da Psicanálise tiveram tanta contestação universal ou despertaram tamanha explosão de indignação como a afirmativa de que a função sexual se inicia no começo da vida e revela sua presença por importantes indícios mesmo na infância ([1924 ou 1925]/1976b, p. 46-47).

A descoberta da sexualidade infantil, sem indícios de degenerescência ou de depravação prematura ou como curiosa aberração da natureza, provoca, então, protestos e espanto na sociedade conservadora do final do século XIX, já que até essa época a criança era vista como um símbolo de pureza, um ser assexuado. Assim, para escândalo da comunidade científica e da moralidade cristã-vitoriana de então, a sagrada associação entre a criança e a inocência fica abalada.

O conceito de sexualidade para Freud é bem específico. A sexualidade está separada de uma ligação estreita com os órgãos sexuais e o sexo genital e é considerada uma função corpórea mais abrangente que visa basicamente ao prazer e que pode, ou não, servir às finalidades de reprodução. Laplanche e Pontalis (1976), no verbete sobre sexualidade, resumem nitidamente o conceito:

Na experiência e na teoria psicanalíticas, “sexualidade” não designa apenas as atividades e o prazer que dependem do funcionamento do aparelho genital, mas toda uma série de excitações e de atividades presentes desde a infância, que proporcionam um prazer irredutível à satisfação de uma necessidade fisiológica fundamental (respiração, fome, função de excreção, etc.), e que se encontram a título de componentes na chamada forma normal de amor sexual (p. 619).

O conceito freudiano de sexualidade questiona a noção de instinto sexual. Instinto (*instinkt*) seria um esquema de comportamento herdado, próprio de uma espécie animal, que pouco varia de um indivíduo para outro, que se desenrola segundo uma seqüência temporal pouco suscetível de alterações, e que parece corresponder a uma finalidade, ou seja, seria uma seqüência mais menos estereotipada de ações em que o objeto visado é mais rígido e fixo (sentido biológico).

Freud, então, propõe a noção de pulsão (*trieb*) sexual, em que o objeto não é fixo, nem os fins são “naturais” e é característica da sexualidade humana. Com a descoberta da sexualidade infantil, Freud descobre o corpo erógeno: é o corpo representado investido sexualmente; é o corpo representado originário ou a imagem que se tem do corpo, marcado pela pulsão, “no qual as manifestações somáticas surgem articuladas à fantasmática do sujeito e suas vicissitudes” (Cukiert & Prizskulnik, 2000, p. 57).

Como conseqüência, a noção de corpo para a Psicanálise tem uma especificidade que merece ser mencionada, pois é bem diferente da noção de corpo para a Biologia.

O corpo biológico é um corpo objetivado (objeto da ciência), um organismo, para ser estudado em termos de suas funções (digestão, respiração, etc.), do funcionamento específico dos vários órgãos e seus tecidos, do funcionamento das células. O corpo para a Psicanálise é um corpo tecido e marcado pela sexualidade e pela linguagem (Prizskulnik, 2000, p. 20).

Freud, portanto, propõe uma nova leitura da corporeidade, que acaba oferecendo uma nova leitura da construção do sujeito humano.

A Psicanálise freudiana enfatiza a palavra e o poder da palavra. Freud (1926/1976c) destaca isso quando escreve: “Não desprezemos a palavra; afinal de contas, ela é um instrumento poderoso; é o meio pelo qual transmitimos nossos sentimentos a outros, nosso método de influenciar outras pessoas; as palavras podem fazer um bem indizível e causar terríveis feridas” (p. 214).

A palavra nomeia, ordena, alivia, consola, cura; chega a criar quando nomeia algo.

O poder da palavra e o fato do sujeito humano estar inserido na linguagem e falar merecem de Jacques Lacan, um nome de peso no universo psicanalítico, um desenvolvimento teórico considerável. Esse autor, seguindo o espírito da obra freudiana, mostra de forma enfática a importância da linguagem para a constituição do sujeito humano, já que somos humanos porque falamos. O inconsciente, como formulado por Freud, se revela na fala, mesmo que o sujeito não queira, e além de seu conhecimento consciente, ou seja, a linguagem opera fora de nosso controle consciente. Para estudar o discurso humano, já que o humano é um sujeito falante, Lacan (1985) recorre à lingüística e ao signo lingüístico (esse signo comporta duas faces: o significado ou conceito da palavra e o significante ou a imagem acústica do som material), reexamina o campo da linguagem e centra esse campo sobre o conceito de significante. Procurando articular o inconsciente

freudiano e a linguagem, Lacan (1985) vai afirmar que o inconsciente é “estruturado, tramado, encadeado, tecido de linguagem; e não somente o significante desempenha ali um papel tão grande quanto o significado, mas ele desempenha ali o papel fundamental” (p. 139).

Um significante pode produzir várias significações, ou seja, uma mesma imagem acústica pode querer dizer coisas diferentes para sujeitos diferentes; posso querer dizer uma palavra com determinada significação, mas quando falo, falo sem saber e sempre mais do que sei (além do conhecimento consciente), portanto ao falar posso estar dando à palavra uma significação diferente daquela que realmente queria dar. Quem ouve, pode dar à mesma palavra uma outra significação bem diferente da minha, da qual também não tem conhecimento. Essa situação também abala a ilusão do ser humano de saber perfeitamente o que está falando, de ter certeza que o outro ser humano está entendendo plenamente o que está sendo falado e de ter a convicção que é possível uma comunicação sem ambigüidades. A fala tem a característica de ser inevitavelmente ambígua.

Lacan, nas suas formulações, também se refere ao corpo marcado pela linguagem, o corpo que pode ser “tocado” por meio da palavra. Essa idéia da palavra poder “tocar” e modificar o corpo, aparece em Freud num texto onde ele discorre sobre o tratamento psíquico. Ele escreve que um leigo sem dúvida achará difícil compreender de que forma os distúrbios patológicos do corpo e da mente podem ser eliminados por ‘meras’ palavras. Ele achará que lhe estão pedindo que acredite em mágica (1905/1972, p. 297).

Agora, então, com esses parâmetros – inconsciente, sexualidade, corpo, linguagem – como pensar a criança para a Psicanálise?

A criança que Freud descortina é um sujeito desejante, ela está submetida às leis da linguagem que a determinam, demandando amor e não só os objetos que satisfaçam as necessidades. Não é a criança “inocente”, aquele ser em quem o “demônio da sensualidade” não provoca abalos, inquietações e perturbações.

A construção desse sujeito humano criança começa antes mesmo de ela nascer biologicamente. Antes de vir ao mundo, ela já é falada pelos outros, já é marcada pelo desejo inconsciente dos pais e ocupa um lugar no imaginário desses pais (esses pais têm as marcas dos pais deles, esses últimos têm as marcas dos respectivos pais e, assim, sucessivamente). Ela é esperada de determinado jeito, já representa algo para um e outro dos pais em função da história de cada um,

já tem um lugar marcado simbolicamente. Ao nascer ela já encontra essa trama inevitável, e é inevitável pelo fato de o ser humano pertencer a uma dada filiação, a uma dada sociedade, a uma dada cultura. Portanto, ela nasce inserida na linguagem e num determinado contexto familiar e socioeconômico-cultural. Essa criança freudiana já existe antes mesmo do nascimento biológico e persiste no adulto, porque o que Freud acentua é a importância das impressões nos primeiros anos de vida para a compreensão dos distúrbios no adulto.

Se pensarmos na palavra criança, ela também é uma criação da linguagem e vimos como essa noção se modifica no decorrer da História e como a noção de criança, nos dias atuais, está muito ligada à “criança escolar”. Então, a criança freudiana está aquém e além da criança estudada, por exemplo, pela Biologia e também está aquém e além da criança escolar.

Essa criança já é falada antes mesmo de nascer e vai demorar, algum tempo, para ter acesso à sua própria fala, para dispor de uma função simbólica própria. Mas, isso não significa que não se possa conversar com ela. Ela nasce inserida na linguagem e, portanto, precisará aprender a falar. Os adultos que não conversam com crianças pequenas pela simples razão de acreditarem que elas não entendem o sentido das palavras, estão equivocados. É evidente que o vocabulário delas é mais reduzido; entretanto, quando nos dirigimos a elas com palavras mais simples, não só elas entendem o que está sendo dito, como as palavras dirigidas a elas adquirem um sentido “humanizador” (somos seres humanos porque falamos). Resgatar a criança por meio de sua fala possibilita separar essa determinada criança das concepções que os adultos possam estar fazendo dela.

A criança freudiana nasce com o corpo-organismo que passará pelas etapas de desenvolvimento e de maturação estudadas pela Biologia. Entretanto, ela vai construindo o corpo tecido e marcado pela sexualidade e pela linguagem (dependente das vicissitudes de sua própria vida e de sua estruturação inconsciente), corpo que, muitas vezes, não coincide com o corpo-organismo e que, muitas vezes, pode chegar a alterar o funcionamento desse corpo-organismo.

Freud observa que o nascimento de uma criança nunca corresponde exatamente ao que os pais esperam dela, pois o que eles esperam é a perfeição. Ele refere-se a isso escrevendo que os pais

[...] acham-se sob a compulsão de atribuir todas as perfeições ao filho [...] e de ocultar e esquecer todas as deficiências dele [...] A criança concretizará os sonhos dourados que os pais jamais

realizaram [...] O amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetual, inequivocamente, revela sua natureza anterior (Freud, 1914/1974, p.108).

Assim, os pais (ou qualquer outro adulto) sempre idealizam a criança (é inevitável). Esperam que ela seja inteligente, educada, obediente, boa aluna, assada, ordeira, etc., enfim, uma supercriança que se transformará num superadulto. Como é impossível para qualquer ser humano atingir a perfeição, quanto mais se espera de uma criança, mais ela pode fracassar, e esse fracasso pode ser até “saudável”, na medida em que fracassar diante de um ideal inatingível é a condição de buscar um caminho próprio, de buscar usufruir suas características específicas e singulares.

A Psicanálise sublinha que idealizar o outro (criança, aluno, amigo, cônjuge, etc.) é inevitável, na medida em que qualquer relação com o outro traz a marca do narcisismo, que faz parte da constituição do sujeito humano, e ninguém se livra dele ou se “cura” dele.

Outro aspecto importante que merece ser enfatizado na relação entre a criança e o adulto é a amnésia infantil. Freud se refere a essa amnésia infantil, conhecida e explicada pela ciência por uma imaturidade funcional da criança para registrar as suas impressões, apresentando uma explicação específica. Laplanche e Pontalis (1976), no verbete amnésia infantil, escrevem de maneira bem clara que é a

amnésia que geralmente cobre os fatos dos primeiros anos de vida. [Para Freud] ela resulta do recalçamento que incide na sexualidade infantil e se estende à quase totalidade dos acontecimentos da infância. O campo abrangido pela amnésia infantil encontraria o seu limite temporal [por volta dos cinco ou seis anos] (p. 52).

Essa amnésia infantil distancia o adulto da própria infância e é inevitável. É inevitável também que essa distância da própria infância, distancie o adulto da criança, a tal ponto que esta se torna um enigma para ele. Assim, a Psicanálise afirma que a criança é sempre um enigma para o adulto (como o adulto também é um enigma para a criança), ou seja, a criança sempre interpela o adulto (como o adulto também interpela a criança). Portanto, aceitar que a criança é sempre um enigma para o adulto é reconhecer que a relação com a criança não está “resguardada” de contradições, choques e conflitos.

Pensar na criança implica necessariamente o adulto com suas concepções ou com seus preconceitos em relação à infância. Construir um ideal para a criança, implica necessariamente construir um ideal para o adulto. Se existe a idéia da criança como “um adulto em miniatura”, o adulto é o padrão a ser atingido e, conseqüentemente, a criança pode ser vista como “inferior” enquanto não atingir o padrão esperado. Se a criança é vista como “uma tábula rasa”, ela é vista como “um pedaço de barro” (algo “menor”), que precisa ser moldado pelo adulto provedor e protetor. Se ela é vista como “inocente”, ela precisa da proteção do adulto e da disciplina imposta pelo adulto para não se deixar corromper pelas tentações do mundo. Assim, independentemente de como a criança é vista, existe o padrão de adulto a ser atingido. Dito de outra maneira, o adulto idealiza a criança sem perceber que também está construindo um ideal para ele; pode ser um ideal de pai ou mãe, de aluno(a), de professor(a), de trabalhador(a), etc.

A Psicanálise, ao trazer um novo discurso sobre o ser humano, destaca que qualquer relação entre sujeitos traz à baila desentendimentos, choques entre idéias, sentimentos de amor e ódio, culpas, ternura mútua, etc., toda a vasta gama de emoções e afetos que existem em cada um de nós. Conseqüentemente, a relação entre sujeitos não existe sem tropeços e esses tropeços são inevitáveis por sermos sujeitos mar-

cados pelo inconsciente (o inconsciente freudiano) e por nossas relações serem mediadas pela linguagem.

O que Freud afinal descortina é uma concepção de criança muito peculiar, ou seja, “[...] não a criança policiada, educada, disciplinada, e sim a criança visada pelo gozo, gozo que deixa seus traços no adulto, em seus sucessos e seus fracassos, suas perversões ou suas sublimações” (Clastres, 1991, p.138). Ele postula um sujeito que escapa ao controle da educação ao propor uma criança dotada de uma sexualidade perverso-polimorfa. Desfaz a aura de imaculada castidade erguida ao redor das crianças, porque se supunha que o estado de pureza era o seu estado natural, e abala essa idealização da infância. Contesta a concepção de infância como sendo um período calmo e tranqüilo ao enfatizar que as crianças também precisam achar sentidos para muitas questões e enigmas que geram muita ansiedade, como “de onde viemos”, “para que estamos aqui”, “para onde vamos”, “o que é a morte, o sexo, a maldade, a rejeição, o desejo, o limite, o amor”, ou seja, enfatiza que elas também vivem conflitos e contradições diante de questões essenciais do ser humano diante de si mesmo e dos grandes mistérios da vida e do universo.

Com o poder de sua obra e com a amplitude e a audácia de suas especulações, Freud abalou e revolucionou o pensamento e as vidas de uma era. Com seu trabalho, ele contestou e continua contestando tabus sociais, culturais, religiosos e científicos.

Encaminhado em 03/05/04, Revisado em 23/06/04, Aceito em 30/07/04

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC.
- Chauí, M. (1996). *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática.
- Clastres, G. (1991). A criança no adulto. In: J. Miller (Org.), *A criança no discurso analítico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Cukiert, M., & Prizskulnik, L. (2000). O corpo em Psicanálise: algumas considerações. *Psychê*, 4 (5), 53-63.
- Freud, S. (1972). Tratamento psíquico (ou mental). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 7, pp. 293-327). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1905).
- Freud, S. (1974). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 85-119). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1914).
- Freud, S. (1976a). O esclarecimento sexual das crianças. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 9, pp. 135-144). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1907).
- Freud, S. (1976b). Um estudo autobiográfico. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 20, pp. 13-92). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em [1924 ou 1925]).
- Freud, S. (1976c). A questão da análise leiga. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 20, pp. 205-293). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1926).
- Lacan, J. (1985). *O Seminário Livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Laplanche, J., & Pontalis J. B. (1976). *Vocabulário da Psicanálise*. Lisboa: Moraes.
- Prizskulnik, L. (2000). Clínica(s): diagnóstico e tratamento. *Psicologia USP*, 11 (1), 11-28.

Sobre autora:

Léia Prizskulnik: Psicóloga Clínica, Psicanalista, Profa. Dra. do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP, Docente e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do IP-USP.